

APRESENTAÇÃO

Neste ano de 2022, em que o Brasil completa 200 anos de sua independência, o cenário doméstico e mundial não poderia ser mais sombrio. No plano internacional, depois de o mundo começar a sair de uma pandemia que deixou a economia global em frangalhos, um conflito armado eclode na Europa, centro do capitalismo mundial, deixando atônitos e apreensivos não só os próprios europeus, mas todos os habitantes do planeta, já que um dos países diretamente envolvido no confronto é também o detentor do maior arsenal nuclear do mundo. No plano doméstico, um presidente ameaça cotidianamente o assim chamado “estado de direito” e as instituições democráticas, e seu discurso intimidatório recrudescer em pleno ano de eleições gerais no país.

Mas há um ponto em comum nesse cenário fragmentado e multifacetado econômica, social e geopoliticamente: o Estado, desabonado como pária pelo discurso neoliberal, sob o argumento de portar ineficiência congênita e de constituir permanente cenário de corrupção, volta com força total ao centro da arena. Por um lado, pandemias, que, ao que tudo indica, vieram para ficar, só podem, por definição, ser controladas de modo coletivo, com políticas públicas e saúde pública. Por outro, a eclosão do conflito europeu mostra, de modo cabal, que a ideia de um mundo global “irmanado” pelos mesmos interesses do capital nunca passou de uma fantasia delirante, já que poder e dinheiro não caminham um sem o outro, não existindo economia de mercado sem Estados nacionais. Mesmo o governo ultraliberal de Guedes/Bolsonaro foi obrigado a acionar

o Estado, para além das amarras indecorosas do teto de gastos, a fim de minorar as mazelas trazidas pela pandemia.

Ora, o retorno do Estado como protagonista traz junto consigo uma palavrinha também por muito tempo banida do discurso: planejamento. Três dos artigos deste número 63 vão focar justamente esse tema. Pedro Evangelista e Felipe Martins resgatam a história da extinta União Soviética para mostrar de que modo se constituiu a ação do Estado no período 1917-1945, nesta que foi uma das experiências mais emblemáticas de economia centralmente planejada. Já Acson Franca e Fábio Campos vão mostrar as limitações enfrentadas pelo Brasil, enquanto país da periferia capitalista, na execução de dois de seus mais importantes programas de desenvolvimento engendrados pelo Estado: o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento do governo militar (1975-1979). Ádria Freire e Ricardo Dathein, por sua vez, voltam-se para a experiência recente da China, mostrando a importância da participação ativa do Estado na criação planejada e intencional de empresas focadas naecoinovação, o que vem tornando o país uma referência nesse tipo de iniciativa.

O gigante asiático, onde a fantasia de uma economia de mercado com Estado mínimo nunca vingou, é também o tema de Lucas Milanez Almeida, Pedro Henrique Pires e Alexandre Cunha Leite. Os autores utilizam conceitos oriundos da teoria marxiana, aliados à análise de insumo-produto, para mostrar, recortando as relações entre nosso país e o colosso chinês, como a China ganha prestígio industrial crescente, enquanto o Brasil se desindustrializa e retrocede ao papel de fornecedor mundial de bens de baixo valor agregado.

Estado e mercado, como se sabe, relacionam-se de modo contraditório: determinam-se reciprocamente, mas constituem, ao mesmo tempo, polos que se opõem. Tiago Santos Salgado passa indiretamente por essa questão ao apontar o caráter totalitário do neoliberalismo, que separa política e economia e naturaliza a exploração no campo econômico, enquanto, na esfera política, opera uma aparente igualdade jurídica e política que pode ou não se efetivar por meio da democracia.

Por fim, cabe mencionar neste número os artigos e resenhas que dizem respeito ao trabalho do pensador maior desse mundo eivado de contradições sob a batuta do capital, Karl Marx. Cesar Mortari aponta a importância dos teóricos de Frankfurt, com destaque para Adorno, na afirmação de uma leitura da economia política marxista que resgate, na elaboração do Marx maduro, suas raízes no idealismo alemão e na dialética de Hegel. Já o livro *Para que leiam O Capital*, organizado por João Leonardo Medeiros e Eduardo Sá Barreto, nas palavras da resenhista Ellen Tristão, advoga pela unidade da obra marxiana e pelo seu método imanentemente ontológico, explicitando as armadilhas e distorções do marxismo do século XX. Por fim, Marcelo Pereira Fernandes lembra do interesse crescente, nos últimos anos, pela obra do grande parceiro intelectual de Marx, Friedrich Engels, resenhando livro recém-publicado pela Boitempo, com uma coletânea de artigos de sua autoria. O destaque aí é o texto “Esboço para uma crítica da economia política”, publicado nos *Anuários franco-alemães* de 1844, definido anos mais tarde pelo próprio Marx como “uma obra genial”. A edição encerra-se com a publicação da Carta de Uberlândia, elaborada no XXVII Encontro Nacional de Economia Política, realizado entre os dias 7 e 10 de junho deste ano.

A presente edição marca o início de duas parcerias da *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* com instituições que, em apoio ao pensamento crítico, passaram a patrocinar sua publicação: o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL) – regional Rio de Janeiro –, e o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ). Exibimos suas logomarcas em nossa capa com orgulho e imenso agradecimento.

Boa leitura!